

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

A edição número 34 da Revista *Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas* reúne resultados de pesquisas que primam pela construção do conhecimento e pelo compartilhamento de ideias científicas, cujo objetivo é contribuir para o progresso humano no mundo científico, tecnológico e cultural. Propõem-se os artigos aqui apresentados olhar para o mundo e descobrir o novo.

Essa edição conta com oito artigos, de autores brasileiros e estrangeiros, avaliados pelo sistema *Double Blind Peer Review*, pelo qual autores e avaliadores são desconhecidos entre si.

O artigo de Odete Maria de Oliveira e Helenice da Aparecida Dambrós Braun, com o título *A emergência do quarto mundo como ator global: a questão do indigenismo e da paradiplomacia indígena (1960-2000)*, dedica-se ao estudo da trajetória de atuação política de resistência dos Povos Indígenas no papel de ator não estatal global, desde origem e consolidação. Por sua vez, os pesquisadores Guilherme Camargo Massau e André Kabke Bairy, a partir da pesquisa intitulada *De Kant a Honneth: um ensaio sobre a liberdade e sua adequação Constitucional* realizam um comparativo entre Kant, Hegel, Rawls e Honneth acerca da temática da liberdade jurídica, a partir da análise comparativa quanto à mudança, ou não, da fundamentação teórica utilizada pelos referidos autores.

Na sequência, o artigo com o título *Meios adequados de solução de conflitos trabalhistas e a prevalência da vontade dos sujeitos da relação de emprego: compreendendo a dicotomia entre indisponibilidade absoluta e indisponibilidade relativa de direitos trabalhistas* de autoria de Sergio Torres Teixeira e Delmiro Borges Cabral preocupa-se em abordar os meios de solução de conflitos fora do processo judicial contencioso da Justiça do Trabalho, como a arbitragem privada e a negociação extrajudicial direta entre empregado e empregador sob a ótica da autonomia da vontade das partes. A seu turno, a pesquisa científica de João Pedro Silvestrini, Zaiden Geraige Neto e Thiago Ribeiro Franco Vilela, intitulada de *A contribuição do Código de Defesa do consumidor na tutela de interesses individuais e coletivos* realiza uma análise sintética e sistemática das disposições normativas do Código de Defesa do Consumidor, em sede de direitos individuais.

Johana Cabral e Ismael Francisco de Souza, com o artigo *A (re) produção da discriminação de gênero na atividade judicial: uma análise das decisões jurisprudenciais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos crimes de natureza sexual cometidos contra menores de 14 anos*, refletem acerca da reprodução da

discriminação de gênero na atividade judicial, considerando os julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, nos crimes de natureza sexual cometidos contra menores de 14 anos, que consiste no crime de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal.

A contribuição de Matheus Pelegrino da Silva, com o artigo científico cujo título é *Schwierigkeiten Bei Einer an Kant Orientierten Auslegung der Würde des Menschen: Zugleich eine Kritische Betrachtung der Entscheidung des Bundesverfassungsgerichts Über die Verfassungswidrigkeit des § 14 Abs. 3 LuftSiG*, concentra-se no estudo da dignidade da pessoa humana a partir de Kant e da proibição da instrumentalização do sujeito. O artigo intitulado de *O dever de informar e o dever de se informar nos contratos de seguro de saúde – a informação como elemento emancipatório e volitivo e sua repercussão nas relações contratuais de saúde privada*, de autoria de *Angelica Lucia Carlini*, reflete sobre o cumprimento do dever de informação por parte das operadoras de saúde a partir do pressuposto teórico da racionalidade e do caráter emancipatório do Direito.

O oitavo artigo, de autoria de Armando Segundo Andruet, com o título *El impacto de la bioética en el derecho: una nueva discusión sobre la eutanasia* contribui na abordagem dos impactos da relação entre Bioética e Direito, em especial, no tocante à Eutanásia.

A Revista, por meio da sua edição de número 34, propõe reflexões e construções do conhecimento acerca dos Novos Direitos, estimulando o debate, como forma de integração entre a democracia, cidadania e direitos humanos na busca por uma por uma sociedade mais justa e igualitária, prevalecendo critérios de racionalidade jurídica.

Registram-se agradecimentos aos autores, avaliadores e demais envolvidos na construção desse número pelo trabalho realizado.

Ótima leitura.

Profª Drª. Charlise Gimenez
Profª Drª. Janete Rosa Martins
Editoras